ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC CARLOS AUGUSTO DO COUTO JÚNIOR

# A ESTRATÉGIA NAVAL CHINESA E SEUS REFLEXOS NO JAPÃO:

## a evolução das Marinhas a partir de 1980 e a disputa pelo arquipélago Diaoyu/Senkaku

Rio de Janeiro

2018

CC CARLOS AUGUSTO DO COUTO JÚNIOR

# A ESTRATÉGIA NAVAL CHINESA E SEUS REFLEXOS NO JAPÃO:

## a evolução das Marinhas a partir de 1980 e a disputa pelo arquipélago Diayoiu/Senkaku

Trabalho III-C-6-T1 – Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Willian

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2018

## AGRADECIMENTO

Ao meu orientador, CMG (RM-1) William, por seus conselhos e oportunas observações, o que contribuiu para o incremento na qualidade desta pesquisa.

Aos meus companheiros da “Turma Almirante Barroso”, pelo irrestrito incentivo durante todo o curso.

## RESUMO

O propósito da pesquisa é verificar se as ações tomadas pela República Popular da China (RPC) para desenvolver sua Marinha a partir de 1980 são influenciadas por preceitos da teoria de Mahan confrontando a teoria com a realidade e como o Japão, outro país com influência político-econômica na região do Oceano Pacífico, conduz suas diretrizes nos níveis político e estratégico para se contrapor ao avanço chinês, sobretudo no mar do leste da China, onde se situam as ilhas Diaoyu/Senkaku. Assim, após análise dos casos específicos, verificou-se que a expansão da Marinha chinesa e sua pretensão sobre o arquipélago Diayoiui/Senkaku podem ocasionar tensões entre os dois países com relação às ilhas Diaoyu/Senkaku. Relacionando os casos específicos, chegou-se à conclusão que a teoria de Mahan influencia as ações da marinha chinesa quanto à proteção das linhas de comunicação marítimas e o preparo de um poder naval forte.



Palavras-chave: Linhas de comunicação marítimas, ilhas Diaoyu/Senkaku, China, Japão

**SUMÁRIO**


| | | |
|---|---|---|
| **1** | **INTRODUÇÃO** ..... | 5 |
| **2** | **A TEORIA DE MAHAN E A ESTRATÉGIA NAVAL CHINESA**..... | 8 |
| 2.1 | A TEORIA DE MAHAN E SUA INFLUÊNCIA..... | 8 |
| 2.1.1 | Principais ideias da Teoria de Mahan..... | 9 |
| 2.2 | A ESTRATÉGIA NAVAL CHINESA..... | 10 |
| 2.2.1 | A década de 1980, a primeira mudança..... | 10 |
| 2.2.2 | A década de 1990, corte de gastos com pessoal e investimentos..... | 11 |
| 2.2.3 | A virada do milênio, a marinha de águas azuis..... | 14 |
| 2.2.4 | O livro branco de defesa de 2015..... | 17 |
| **3** | **A POSIÇÃO DO JAPÃO E A DISPUTA PELAS ILHAS DIAOYU/ SENKAKU.....** | 19 |
| 3.1 | A POSIÇÃO DO JAPÃO RELACIONADA AO DESENVOLVIMENTO CHINÊS..... | 19 |
| 3.2 | A DISPUTA PELAS ILHAS DIAOYU/SENKAKU..... | 20 |
| 3.2.1 | Aspectos geográficos..... | 21 |
| 3.2.2 | Duas versões para a história..... | 22 |
| 3.2.3 | As ações chinesas e as respostas japonesas sobre as ilhas em disputa..... | 23 |
| **4** | **O CONFRONTO DA TEORIA DE MAHAN E A ESTRATÉGIA NAVAL CHINESA.....** | 26 |
| 4.1 | A PROTEÇÃO ÀS LINHAS DE COMUNICAÇÃO MARÍTIMAS..... | 29 |
| 4.2 | UM PODER MARÍTIMO FORTE PARA EXERCER O DOMÍNIO DO MAR..... | 31 |
| **5** | **CONCLUSÃO** ..... | 35 |
| | **REFERÊNCIAS** ..... | 37 |

# 1 INTRODUÇÃO

Desde as grandes navegações patrocinadas pelo governo português no Século XV, o mar tornou-se cada vez mais importante para o comércio mundial. O estabelecimento de linhas de comunicação marítimas, a construção de navios de guerra para a proteção dessas linhas, de seus portos de origem e destino e de locais de confluência (como estreitos, cabos e baías) e para se opor à ameaça de outros navios de guerra norteou as ações das potências marítimas que se sucederam ao longo de cerca de 600 anos de história, como Espanha, Portugal, França, Holanda, Reino Unido e Estados Unidos.

O Almirante estadunidense Alfred Thayer Mahan (1840-1914), no Século XIX, descreveu em sua obra literária a história do Poder Marítimo e formulou teorias que o tornaram referência em estratégia marítima até os dias atuais. Seus estudos aplicados à Marinha dos Estados Unidos da América levaram aquela Armada a ser considerada a grande potência marítima do Século XX. Contudo, a hegemonia que se iniciou na década de 1990 com a dissolução das ex-repúblicas soviéticas está ameaçada com a ascensão econômica chinesa e o desenvolvimento militar naval decorrente, que se intensificou a partir do início da década de 1980.

Nesse contexto, esse estudo tem como tema a estratégia naval chinesa e seus reflexos no Japão. O propósito é analisar se as ações tomadas pela República Popular da China (RPC) para desenvolver sua Marinha a partir de 1980 são influenciadas por preceitos da teoria de Mahan confrontando a teoria com a realidade e como o Japão, outro país com influência político-econômica na região do Oceano Pacífico, conduz suas diretrizes nos níveis político e- estratégico para se contrapor ao avanço chinês, sobretudo no mar do leste da China, onde se situam as ilhas Diaoyu/Senkaku.

Assim, este trabalho acadêmico utilizará o método comparativo entre a Teoria de Mahan e a realidade da evolução da Marinha do Exército de Libertação do Povo (MELP) , além de discorrer sobre uma divergência entre os dois países sobre uma área geográfica para responder à seguinte questão formulada: A expansão da Marinha chinesa e sua pretensão sobre o arquipélago Diayoiu~~i~~/Senkaku podem ocasionar tensões entre a China e o Japão?

A dissertação terá cinco capítulos, incluindo este texto introdutório. O segundo capítulo discorrerá sobre dois preceitos da teoria do Almirante Mahan que serão importantes para a compreensão da mudança de paradigma na missão da Armada chinesa, além de momentos distintos da estratégia naval chinesa a partir de 1980, desde o emprego em apoio às ações terrestres do Exército de Libertação Popular (ELP) à projeção além dos limites do Oceano Pacífico, indicando as principais mudanças no Livro Branco de Defesa, a implementação das mudanças de paradigma por um General que, além de ser considerado o pai da moderna MELP, formulou suas ideias com base na teoria do Almirante estadunidense, a análise de especialistas e a descrição de fatos relevantes ocorridos no período.

No terceiro capítulo, a análise dos documentos oficiais emitidos pelo governo japonês e das Forças de Defesa do Japão permitirá verificar se a marinha nipônica se prepara para um cenário de conflito na região. Ainda neste capítulo, o trabalho acadêmico ~~apresentará~~ ~~a~~apresentará a reivindicação chinesa pelo arquipélago Diayoiu/Senkaku, atualmente possessão japonesa, apresentando um breve histórico da disputa e as ações políticas e diplomáticas de cada país relacionadas à área geográfica em questão.

No quarto capítulo, será confrontada a teoria de Mahan com a estratégia naval chinesa, observando se a China do Século XXI possui as condições enumeradas por Mahan que influenciam o poder marítimo e sua reivindicação sobre o arquipélago apresentado no capítulo três a fim de verificar se a realidade se coaduna com a teoria apresentada no capítulo dois.

As conclusões sobre a aplicação da Teoria de Mahan na estratégia naval chinesa e a disputa entre China e Japão pelo arquipélago Diayoiu/Senkaku e a resposta à questão serão formuladas no quinto e último capítulo.

# 2 A TEORIA DE MAHAN E A ESTRATÉGIA NAVAL CHINESA

Neste capítulo serão abordadas as principais ideias e a influência da teoria de Mahan que se aplicam à Marinha do Exército de Libertação do Povo da China.

## 2.1 A TEORIA DE MAHAN E SUA INFLUÊNCIA

### 2.1.1. Principais ideias da Teoria de Mahan

O Almirante estadunidense Alfred Thayer Mahan (1840-1914) é considerado o evangelista do poder marítimo dos Estados Unidos e o pai intelectual da moderna marinha de seu país. Sua teoria atemporal fornece uma indispensável estrutura para a compreensão da emergente estratégia naval chinesa, que encontram suas ideias a justificativa doutrinária para a expansão do poder naval (HOLMES, 2008).

Segundo Mahan, os navios que realizam o comércio marítimo, modal de transporte mais econômico do que o terrestre, precisam de portos seguros além de, tão longe quanto possível, serem providos da segurança durante as travessias e que esta proteção em tempo de guerra deve ser feita por navios militares. Dessa forma, Mahan enumera seis principais condições que influenciam o poder marítimo: A posição geográfica, a geografia física do litoral, a extensão territorial, a parcela da população que se faz ao mar, a atitude de um povo com relação ao mar e a característica de seu governo.

Além disso, Mahan afirma que o poder naval existe para a proteção do comércio marítimo e que uma estratégia naval tem como finalidade manter e desenvolver o poder marítimo de um país. Verificou que o Reino Unido era um império no Século XIX graças à posse de pontos importantes para o comércio no mar, como o estreito de Gibraltar (TOSTA, 1984). Para Mahan, a chave do poder mundial está no controle das linhas de comunicação marítimas. Assim, estabeleceu a conexão entre o comércio marítimo e o domínio dos mares:

> *Para quem possui potencial militar, um dos requisitos necessários à consecução da vitória é o domínio dos mares. Este garante, na paz e na guerra, a continuidade do comércio marítimo e as trocas de produtos manufaturados por matérias-primas, estabelecendo uma estreita interdependência entre o comércio exterior e a marinha de guerra (MAHAN apud TOSTA, 1984, p. 39/40).*

Em virtude do que estudou e do período em que viveu, com o Império Britânico exercendo o domínio dos mares, Mahan formulou sua teoria de forma a convencer o poder político dos Estados Unidos no Século XIX de que a projeção mundial do país passava obrigatoriamente pelo desenvolvimento do poder marítimo. O domínio dos mares seria a consequência de um poder naval expressivo que garantiria a segurança das rotas marítimas comerciais. Contudo, a influência de sua teoria alcançaria outros países, conforme poderá ser observado no subtítulo seguinte.

### 2.1.2 –A influência da Teoria de Mahan

Mahan formulou ideias que não foram antes expostas de forma tão clara e aqueles que ocupavam posições políticas relevantes em seus estados, ao lerem suas obras, entusiasmavam-se ou se tornavam grandes admiradores, como o almirante japonês Togo e o imperador Guilherme II, da Alemanha (TOSTA, 1984).

Na China, a evolução doutrinária da Marinha do Exército de Libertação Popular tem sido substancialmente alterada desde 1987, expandindo cada vez mais o alcance das suas atividades rumo às águas azuis. A estratégia naval chinesa, inicialmente focada em Taiwan e as águas em torno do arquipélago, foi revisada no início do milênio acrescentando área de 10.000 milhas náuticas a partir de Taiwan para a preparação de operações navais. Uma posterior revisão foi realizada para lidar com conflitos envolvendo disputas de territórios marítimos. Quando o Almirante Liu Huaqing, considerado o pai da moderna MELP, levantou pela primeira vez sua estratégia de águas azuis no início dos anos 1980, estava em questão a disputa pelas ilhas Spratly, no mar do sul da China. Agora, contudo, um embate naval no mar do leste da China está entre os cenários previstos pela MELP (JI, 2016). A fim de manter o

acesso às LCM críticas, a MELP se engaja em operações navais distantes de suas fronteiras, incluindo ajuda humanitária, evacuações de não combatentes, ações antipirataria e proteção das LCM (grifo nosso) (GUNNESS, 2016).

De acordo com Cole, o Almirante Liu não tinha dúvidas de que a China não poderia se tornar uma potência mundial sem uma marinha forte.

Em virtude do que foi mencionado, nota-se que a alcunha atribuída ao Almirante chinês Liu é semelhante à atribuída ao Almirante estadunidense Mahan. As semelhanças não se encerram na denominação. Implementar uma estratégia de águas azuis para a MELP implica empregar navios de guerra a distâncias superiores às definidas para mar territorial, o que imprescinde de um poder naval bem preparado e equipado, capaz de realizar amplo espectro de operações navais. O Almirante Liu Huaqing também se preocupava com a proteção às LCM, assim como Mahan estabeleceu como prioritária quase um século antes.

## 2.2 A ESTRATÉGIA NAVAL CHINESA

### 2.2.1 A década de 1980, a primeira mudança

Por ocasião do lançamento da nova edição do livro branco de defesa em 26 de maio de 2015, a rede de notícias do Conselho de Estado chinês Xinhua publicou um resumo sobre a MELP, afirmando que a marinha daquele país ~~manteve-se~~se manteve próxima ao continente entre 1950 e o final da década de 1970, de acordo com a estratégia, à época, de defesa costeira e que, desde a década de 1980, a MELP tem realizado uma transformação estratégica para operações marítimas defensivas (CHINA, 2015).

Além disso, o Almirante Liu, considerado o mais influente comandante da MELP, instituiu drásticas alterações na estratégia naval chinesa, enfrentando significativos obstáculos, como uma tradicional perspectiva de segurança nacional continental, disputas internas no ELP e políticas internas. Em seu plano de modernização, a primeira das três etapas

tinha a meta de que a MELP fosse capaz de exercer o controle marítimo fora da primeira cadeia de ilhas[12] por volta da virada do milênio (COLE, 2014).

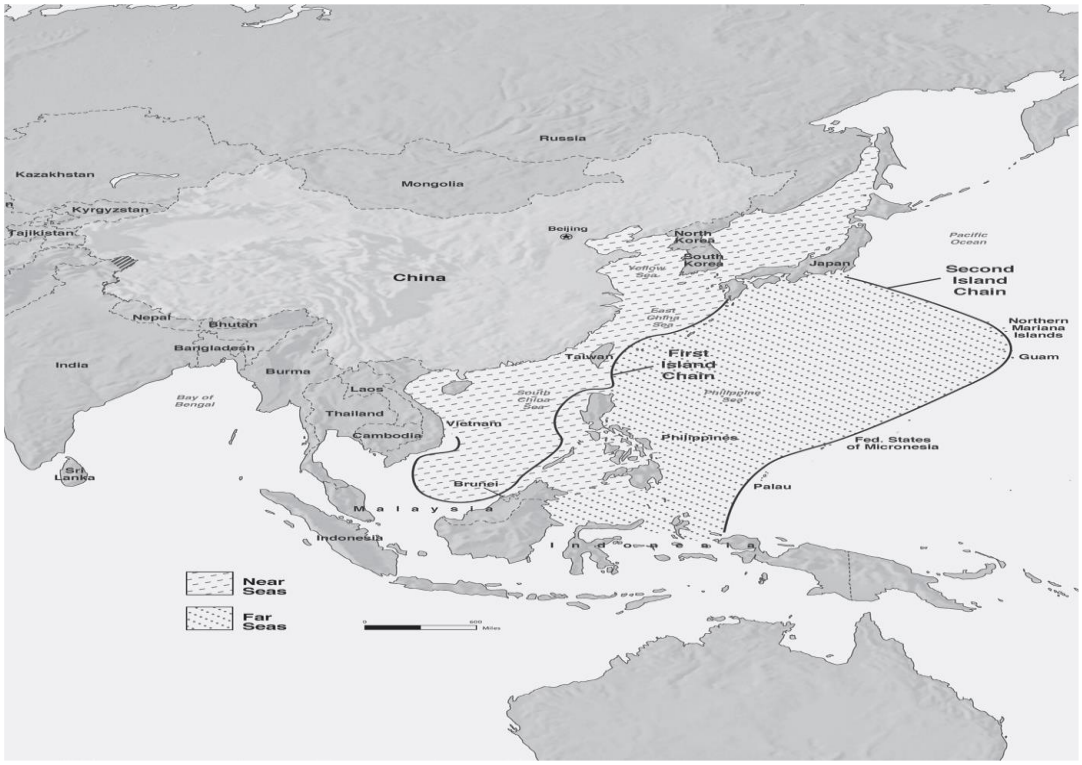


FIGURA 1 - Mapa com a Primeira Cadeia de Ilhas, *First Island Chain*, e Segunda cadeia de ilhas, *Second Island Chain.*
Fonte: LI, 2009, p. 117.

Em virtude do que foi mencionado, verifica-se que a estratégia naval chinesa deixa de ter o foco continental histórico para se voltar ao mar a fim de defender seus interesses. O Almirante Liu foi o grande patrocinador dessa mudança, que fixou metas para a MELP que invariavelmente se oporiam aos interesses de outras nações, como o Japão, sobretudo na primeira cadeia de ilhas, onde há numerosas possessões nipônicas.

### 2.2.2 A década de 1990, corte de gastos com pessoal e investimentos

Com a desintegração da ex-URSS, a ameaça de conflitos fronteiriços com a Rússia e as repúblicas da Ásia Central diminuíram significativamente. Por outro lado, a sobreposição de reivindicações ~~a cerca~~acerca do mar do sul da China e das ilhas Diayoiu/Senkaku passou a

ser destaque assim que importantes disputas territoriais emergiram nos anos 1990. Por sua vez, as atividades da esquadra russa no sudeste asiático diminuíram substancialmente após a retirada das forças navais do Vietnã (JAE-HYUNG, 2003).

Desde a década de 1990, entre os países possuidores das maiores forças armadas do mundo, a China foi a que mais expandiu o investimento financeiro destinado para a segurança nacional. Em 1990, o país era o oitavo gasto militar do planeta. Já em 2006 passou à segunda posição neste *ranking*, superando potências militares tradicionais como França, Reino Unido e Rússia, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (CINTRA, 2015). Por sua vez, segundo Schwartz, o orçamento oficial do ELP cresceu em torno de 50% em termos reais entre 1988 e 1994, alcançando US$ 7 bilhões.

Sendo assim, a desintegração da ex-URSS alterou o balanço de forças no sudeste asiático de forma a facilitar uma maior projeção da MELP no oceano pacífico e o crescimento econômico vigoroso permitiu a continuidade no desenvolvimento da marinha chinesa iniciado na década de 1980.

Alguns anos antes, em 1985, o Primeiro Ministro Deng Xiaoping fazia uma consideração estratégia histórica no 11º Comitê Central do Partido Comunista Chinês ao declarar que era pouco provável que houvesse uma guerra mundial em larga escala nos anos seguintes. Por sua vez, a China abandonava uma linha de defesa estratégica para fortalecer as forças armadas chinesas progressivamente, acompanhando o desenvolvimento econômico do país, tirando vantagem desse período sem grandes guerras para assegurar no futuro uma vitória contra possíveis agressões à China. Para implementar essa mudança estratégica, o Comitê Militar Central, órgão de cúpula para assuntos militares na China, decidiu reduzir o efetivo de militares em 700 mil militares por duas vezes, ajustando a estrutura e o preparo de suas tropas. Em 1995, foi adotada a política de fortalecer o ELP e a MELP através de investimentos em ciência e tecnologia a fim de ter forças armadas menores em quantidade,

mas melhores qualitativamente (NDU, 2012). Enquanto reduziu o efetivo, a MELP adquiriu mísseis anti-navio SS-N-22 e exibiu em novembro de 1990 a primeira geração de porta-aviões, com deslocamento de 40 a 50 mil toneladas e capacidade de 40 aeronaves de asa fixa, sendo 20 no convés principal e 20 no hangar (JAE-HYUNG, 2003). Manteve ainda os projetos do Dong Feng-31, míssil balístico intercontinental, com alcance de 8 mil quilômetros; Type 094, submarino balístico nuclear; Type 093, submarino nuclear de ataque construído a partir do modelo russo Victor 3 e Chengdu J-10, aeronave de caça, desenvolvida com o apoio de Israel (CINTRA, 2015).

A decisão do primeiro-ministro Jiang Zemin em 1998 em dar sequência às transformações pode ser ~~resumidas~~resumida nas palavras do Almirante Shi Yunsheng, Comandante da MELP, sobre a estratégia naval chinesa do Século XXI:

> Primeiro, uma estratégia marítima defensiva; segundo, fazendo a marinha forte com ciência e tecnologia, estreitando os laços com as outras forças armadas; terceiro, armas mais avançadas, incluindo navios de superfície, ~~submarinos,aviões~~submarinos, aviões de caça, mísseis, torpedos, armamento e equipamento eletrônico. E quarto, pessoal treinado e mais qualificado. (JAE-HYUNG, 2003, p. 86, tradução nossa)[1].

Analisando os dados apresentados, constata-se que a China implementou ~~efetivamente~~ ~~a~~efetivamente a redução de gastos com pessoal e manteve em andamento o plano de modernização da MELP com o objetivo de alcançar a meta prevista na primeira etapa - exercer o controle do mar além da primeira cadeia de ilhas.

Segundo Cai Shangwei, o livro branco de defesa chinês de 1998 incluiu a expressão diplomacia militar, cujo conceito pode ser entendido como a busca de objetivos de política exterior, de acordo com a grande estratégia nacional chinesa, de emprego pacífico dos recursos militares e suas capacidades a fim de manter os interesses marítimos e o desenvolvimento, entrando em um novo estágio. A diplomacia militar é uma importante

1 No original: "*First, an offshore defense strategy, second, making the navy strong with science and technology, narrowing the gap between it and other military powers; third, more advanced weapons, including warships, submarines, fighters, missilles, torpedoes, guns, and electronic equipment; and fourth, trained personnel and more qualified people*."

ferramenta para alcançar os objetivos diplomáticos, a salvaguarda da segurança nacional e a promoção e modernização do ELP e da MELP, sendo necessária para manter boas relações com países vizinhos, aumentando as relações entre estados e entre suas forças armadas.

Por outro enfoque, Jiang Zenim enfatizou que primeiramente os interesses nacionais deveriam ser considerados frente as relações internacionais, que o desenvolvimento nacional deveria ser priorizado e protegido e que a estratégia militar deveria se subordinar à estratégia de desenvolvimento nacional, colocando os interesses nacionais à frente de qualquer outro (NDU, 2012). A descrição desses interesses associada à sua cultura indica uma China pacífica, mas não pacifista, que permite a elaboração de um programa de diplomacia militar ambicioso, que recorre a figuras de sua vasta história para demonstrar intenções de paz e harmonia internacional (CARRIÇO, 2015).

Isso posto, entende-se que a diplomacia militar inserida no livro branco de defesa de 1998 está subordinada aos interesses nacionais de desenvolvimento econômico e científico. A aplicação do termo no ELP e na MELP nada mais é do que o emprego naval para fins pacíficos, sejam eles emprego em missões de paz, operações com outras marinhas objetivando o aprimoramento e intercâmbio de procedimentos, evacuações de nacionais em outros países, mantendo o preparo da MELP para a defesa dos seus interesses, principalmente a proteção das LCM, importantes para que a China possa continuar recebendo energia e demais insumos necessários ao desenvolvimento econômico.

### 2.2.3 A virada do milênio, a marinha de águas azuis

De acordo com o professor e chefe do departamento de governo e administração pública da Universidade de Macau You Ji, a estratégia nacional de defesa publicada em 2004 e atualizada em 2015, introduziu o novo conceito de defesa de fronteiras, que enriqueceu a estratégia original e possui relevância imediata para a expansão da MELP, pois não se refere

simplesmente aos limites geográficos, mas também às novas fronteiras em aberto dos interesses de segurança nacionais e econômicos, enfatizando cenários hostis contra as LCM chinesas.

De outra perspectiva, o livro branco de defesa chinês de 2002 estabelece, entre outros interesses fundamentais, a salvaguarda da soberania chinesa, integridade e segurança territorial, o suporte ao desenvolvimento econômico e o esforço para um ambiente de paz duradoura internacional (NDU, 2012). O destino da China está intrinsecamente relacionado ao do mundo como um todo. Um mundo próspero e estável proverá à China oportunidades, enquanto o desenvolvimento pacífico da China também provê ao mundo oportunidades. A China vai perseguir o desenvolvimento pacífico, uma política externa independente de paz e uma política de defesa nacional defensiva em sua natureza, opondo-se ao hegemonismo em qualquer forma e jamais buscando expansão ou hegemonia. As forças armadas chinesas permanecerão firmes na manutenção da paz mundial (CHINA, 2015).

Em vista do que foi mencionado, percebe-se que o estado chinês em todos os seus documentos oficiais, como nos livros brancos de defesa, menciona a paz não apenas para as relações entre países, mas também para seu desenvolvimento econômico, que é basilar para o desenvolvimento de suas forças armadas. Contudo, após mais de 15 anos mantendo o seu crescimento econômico pujante, a China deixa de ter a visão continental e regional anterior a 1980 para se inserir como potência mundial e mais ativa quanto aos seus interesses no mar no Século XXI. A segunda maior economia do mundo, maior exportador, segundo maior importador e responsável por 13,5% do produto interno ~~buto~~bruto mundial (CINTRA, 2015) não prescindirá do mar para alcançar seus objetivos. E é justamente no oeste pacífico que a China confronta com interesses de outros países, sobretudo o Japão.

No dia 29 de dezembro de 2006, o governo chinês publicou um livro branco de defesa que despertou preocupação no país e no exterior. Alguns assuntos permaneceram

remanescentes de livros brancos anteriores, como a defesa nacional subordinada e a serviço da estratégia de desenvolvimento nacional. Contudo, no novo estágio no novo século, o aparelhamento do ELP e da MELP terá como guia uma perspectiva científica de desenvolvimento. A MELP realizará uma transição gradual para operações marítimas defensivas estendidas e aprimorará suas capacidades de operações marítimas integradas e contra-ataques nucleares, consagrando a defesa ativa, onde as forças chinesas não atacarão, mas revidarão as agressões sofridas (NDU, 2012). Ainda de acordo com a estratégia naval, onde conflitos ameaçarem o sistema global e os interesses nacionais chineses, as forças navais estarão prontas para responder ao lado de outras forças nacionais ou multinacionais para prover aos líderes políticos um espectro de deterrência, escalação ou distensão de crises. Forças marítimas prontas e que atendem ao princípio de permanência no mar proveem a opção primária de entrada forçada em uma era de crescente negação de acesso, permitindo os meios para a nação responder rapidamente a um cenário de crise (NDU, 2012).

Sendo assim, em seus documentos a China prevê a utilização de suas forças armadas ~~além das primeira~~além da primeira e segunda cadeias de ilhas, ingressando no Século XXI disposta a defender seus interesses, combinada com outras forças armadas ou não. Invariavelmente, essa projeção mundial da MELP requer uma armada aparelhada e preparada. Neste caso, a China toma a decisão de investir em tecnologia de ponta em consonância com o plano de modernização iniciado na década de 1980 e a decisão de ter forças armadas reduzidas em quantidade, mas não em qualidade.

A medida em que a política chinesa expande seu envolvimento em áreas críticas, uma maior atividade militar segue a reboque. Desde 2008, a MELP tem conduzido operações navais além do mar do leste da China, contabilizando 19 forças-tarefa ao Golfo de Aden para ações antipirataria entre 2008 e 2015. Em 2014, navios de guerra chineses armados com mísseis atracaram em mais de 30 países e em 2015 a MELP realizou exercícios navais

combinados com a marinha russa tanto no mar Mediterrâneo, quanto no mar do Japão (GUNNESS, 2016).

Por sua vez, segundo o Instituto Nacional para Estudos de Defesa do Japão, durante o ano de 2015, o envolvimento da China nas ilhas Spratly, no mar do sul da China, tornou-se mais intenso em escala e ritmo, incluindo reclamações sobre a posse das ilhas, além de construções como portos e estradas. Alguns membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático e os Estados Unidos reagiram duramente às tentativas chinesas de promover mudanças significativas unilateralmente.

Dado o exposto, fica clara que a estratégia chinesa é pacífica, mas não pacifista. A expansão chinesa sobre as ilhas do mar do sul da China (e do leste, como as ilhas Diayoiu/Senkaku, conforme será abordado no capítulo 3) reflete a projeção para áreas afastadas do seu litoral a fim de ampliar a presença nas regiões por onde passam as LCM chinesas.

### 2.2.4 O livro branco de defesa de 2015

Segundo o livro branco publicado em maio de 2015, a MELP deverá, gradualmente, combinar a atual missão de defender áreas marítimas com a missão de proteção de mar aberto e construir uma força de combate no mar combinada, multifuncional e eficiente, aprimorando suas capacidades para realizar deterrência estratégica e ~~contra-ataque~~contra-ataque, manobras táticas, operações conjuntas no mar além de defesa e suporte abrangentes.

Outrossim, enfatiza que a tradicional teoria de que o poder terrestre se projeta sobre o mar deve ser abandonada. Deve ser dada grande importância ao gerenciamento dos mares e oceanos e a proteção de direitos marítimos e interesses, sendo necessária uma marinha moderna, à altura das tarefas que lhe foram impostas, como as proteções de estratégicas LCM e interesses no mar. Declara que o centro de gravidade estratégico e econômico do mundo

está migrando rapidamente para a região asiática do oceano pacífico, que os Estados Unidos conduzem um ajuste estratégico aumentando a presença de suas forças na região e que o Japão não poupa esforços para driblar o processo pós-guerra, revisando suas políticas militares e de segurança (CHINA, 2015).

Em vista dos argumentos apresentados, não resta dúvidas de que a China atribui tarefas à MELP de projeção global, de fins pacíficos, mas defesa dos seus interesses, como a proteção das LCM estratégicas e de direitos e interesses no mar. A oposição ao hegemonismo também é interesse chinês, indicada nos livros brancos desde 2004. Dentre as ameaças observadas, a China menciona a potência hegemônica estadunidense e o Japão, que busca abandonar os termos firmados após a rendição na Segunda Guerra Mundial. Ainda sob uma perspectiva chinesa, pode-se entender também a busca nipônica por "driblar o processo pós-guerra" como uma tentativa de refutar o novo cenário político na região após o colapso da ex-URSS, que encerrou o período de guerra fria (1945-1991) e contribuiu para que a China aumentasse consideravelmente sua influência política e econômica.

# 3 A POSIÇÃO DO JAPÃO E A DISPUTA PELAS ILHAS DIAOYU/SENKAKU

A fim de permitir a comparação entre as estratégias de China e Japão, este capítulo discorrerá sobre as ações japonesas e apresentará a disputa pelas ilhas Diaoyu/Senkaku.

## 3.1 A POSIÇÃO DO JAPÃO RELACIONADA AO DESENVOLVIMENTO CHINÊS

De acordo com o livro branco de defesa japonês de 2015, publicado na página do ministério da defesa nipônico, há um resumo dedicado à política chinesa. Na terceira seção do Capítulo 1, o governo japonês afirma que enquanto a China advoga pelo desenvolvimento pacífico, entra em conflito com países vizinhos, particularmente quanto às questões marítimas de seu interesse, baseada em suas próprias assertivas, incompatíveis com as normas gerais de direito internacional público que orientam as relações entre países. Entre as assertivas chinesas, o documento ~~cita ,~~cita, em maio de 2013, um periódico do Partido Comunista Chinês que publicou um artigo sugerindo ser oportuno rever a questão mal resolvida do arquipélago Riukiu, onde se situam as ilhas Senkaku, considerada território japonês por Tóquio. Posteriormente, o governo chinês explicou que o artigo foi elaborado por pesquisadores de acordo com suas próprias ideias sobre a questão.

Por sua vez, na seção denominada *deterrência efetiva e resposta*, o governo japonês afirma que em 2014 houve sete incidentes envolvendo navios de guerra chineses nas ilhas a sudoeste de Tóquio e que é esperada uma contínua expansão das ações. Após estatizar as ilhas Senkaku adquirindo a propriedade anteriormente privada, o governo japonês constatou intermitentes invasões ao mar territorial japonês adjacente às ilhas por navios de guerra chineses (JAPÃO, 2015). O conceito básico da patrulha marítima nas águas que circundam as ilhas japonesas indica uma ação contínua japonesa para manter-se presente nas áreas de seu interesse:

> *As Forças de Defesa atuam persistentemente na vigilância e atividades de patrulha nas águas e no espaço aéreo que circundam o Japão, a fim de responder a várias contingências perfeita e imediatamente. (JAPÃO, 2015, s.3, c.1, p.3, tradução nossa)2.*

O gráfico a seguir contabiliza as ações chinesas nas ilhas Diaoyu/Senkaku:

FIGURA 2 – Gráfico quantitativo ~~de incidentes~~de incidentes com navios chineses nas ilhas Senkaku.
Fonte: JAPÃO, 2015, parte 3, cap. 1, p. 1.

Dado o exposto, não resta dúvidas de que a atividade militar naval chinesa é considerada uma agressão pelo governo japonês. O documento oficial nipônico contém vocábulos como "conflito", "incompatíveis", "incidentes" e "invasões", típicos de uma postura ofensiva, além de alertar para um incremento das ações por parte dos chineses, que vão requerer do Japão uma preparação para um possível conflito na região.

## 3.2 A DISPUTA PELAS ILHAS DIAOYU/SENKAKU

A posição japonesa se apresenta em oposição às pretensões marítimas chinesas e ocasiona disputas em áreas com importância estratégica e econômica, como as ilhas Daioyu/Senkaku, estudo deste subtítulo.

---

2 No original: "*The SDF persistently engages in warning and surveillance activities in the waters and airspace surrounding Japan in peacetime so that it can respond to various contingencies immediately and seamlessly*."

### 3.2.1 Aspectos geográficos

Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Japão, a expressão “ilhas Senkaku” é a denominação do arquipélago constituído pelas ilhas Uotsori, Kitakogima, Minamikojima, Kuba, Taisho, Okinokitaiwa, Okinominamiiwa e Tobise, localizando-se a oeste das ilhas Nansei, pertencente ao município de Oshigawi, na província de Okinawa. Localizada no mar do leste da China, a cerca de 170 quilômetros ao norte da ilha de Ishigawa e 400 quilômetros a oeste da ilha de Okinawa, com área total de 5,53 km² (JAPÃO, 2015). Para os chineses, as ilhas Diaoyu se localizam entre os meridianos 123º 20’ E e 124º 40’E e os paralelos 25º 40’N e 26º 00’ N (CHINA, 2012).

FIGURA 3 – Ilha Uotsori, principal do arquipélago Senkaku.Fonte: JAPÃO, 2015, parte 3, cap. 1, p. 1.
Fonte: JAPÃO, 2015, parte 3, cap. 1, p. 1.

### 3.2.2 Duas versões para a história

De acordo com o livro branco de defesa chinês de 2012, as ilhas Diaoyu fazem parte do território chinês em todos os termos históricos, geográficos e legais. A ocupação japonesa das ilhas ao final da guerra sino-japonesa de 1895 é considerada ilegal e inválida, uma vez que o tratado de Shimonoseki não previa a entrega das ilhas pela China. O documento chinês afirma que a ilha foi descoberta, nomeada e explorada pela China pela primeira vez no século XIII e que após a Segunda Guerra Mundial as ilhas voltaram a ter jurisdição chinesa de acordo com o tratado de *Potsdam* que formalizou a rendição japonesa. Contudo, os Estados Unidos exerceram a curatela das ilhas até 1972, devolvendo as ilhas ao Japão em uma grave violação à soberania do território chinês.

Por outro lado, na página do Ministério da Defesa do Japão, afirma-se que após se verificar que não havia controle algum sobre as ilhas, o Japão tomou posse em 1895. Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos passaram a administrar as ilhas como parte da ilha de Okinawa e que, por ocasião da devolução de Okinawa ao Japão, as ilhas Senkaku voltaram ao controle japonês, em conformidade com o direito internacional.

Por tudo isso, observa-se que desde 1895 há controvérsias sobre quem possui direitos sobre as ilhas Senkaku. Nem mesmo a rendição japonesa por ocasião da Segunda Guerra Mundial foi capaz de corrigir essa desavença histórica, pois uma vez assumida a administração pelos Estados Unidos capitalista e a China promovendo uma revolução que levou à implantação do socialismo em 1949, alinhando à época chineses e soviéticos durante a Guerra Fria, a devolução das ilhas não seria feita aos chineses, mas sim aos japoneses, aliados na década de 1970. Um confronto de interesses centenário que tende a se acirrar à medida que a MELP se fortalece, consegue se projetar em áreas cada vez mais distantes.

### 3.2.3 As ações chinesas e as respostas japonesas sobre as ilhas em disputa

China e Japão têm sobrepostas reclamações sobre as ilhas Diaoyu/Senkaku, que podem prover alguma soberania sobre 11.700 milhas náuticas quadradas de plataforma continental com provável reserva de petróleo e gás natural a serem exploradas. Em 1995, a Agência de Segurança Marítima do Japão reclamou que a China tem aumentado as atividades de levantamento hidrográfico do leito marinho nas redondezas das ilhas Senkaku. O Japão já havia realizado pesquisas na área e preparado os estudos para ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar em 1996. A disputa das ilhas é uma questão profundamente controversa e continua a ser uma preocupação da diplomacia dos dois países. Essa disputa, aliada com a questão do mar do sul da China, provavelmente afetará a potencial rivalidade naval entre os dois países (JAE-HYUNG, 2003).

Além disso, segundo Jae-Hyung, por causa das limitações constitucionais do Japão decorrentes da Segunda Guerra Mundial, não é desejável que a iniciativa das ações que desencadeiem um conflito militar seja japonesa. Caso os navios que utilizam suas LCM sejam intimidados, o Japão poderia pedir auxílio aos Estados Unidos, com quem celebrou acordos de cooperação. Havendo conflito em suas águas, os japoneses poderiam prover suporte logístico ou financeiro para alguma operação naval da marinha estadunidense. De qualquer forma, o envolvimento militar do Japão nas áreas reclamadas inevitavelmente levaria a deterioração das relações entre Tóquio e Pequim. Se as ambições navais chinesas forem ameaçar as LCM japonesas, haveria três opções aos japoneses: Manter relação estreita com os Estados Unidos para receber apoio militar. A segunda opção seria uma emenda à Constituição, permitindo ao Japão atuar de forma distinta da prevista com forças de defesa e a terceira, apoiar forças de manutenção de paz da ONU na região.

Pelas ideias apresentadas, a questão econômica, à semelhança do que ocorre em outras regiões do planeta, como as Ilhas Malvinas entre Argentina e Reino Unido, acirra as

controvérsias entre China e Japão sobre a posse das ilhas Diaoyu/Senkaku. A descoberta de reservas de gás natural e petróleo, cujos dois países são dependentes de importações, a China com seu desenvolvimento militar decorrente do crescimento econômico tornando-se uma ameaça cada dia mais preocupante para o Japão e a questão nipônica acerca da restrição de suas forças à condição de forças de defesa desde o fim da Segunda Guerra Mundial restringem as opções para se interpor à ameaça chinesa.

Como afirma o Instituto Nacional para Estudos de Defesa do Japão, em julho de 2014, enquanto mantém consistência lógica com a interpretação dos dispositivos constitucionais, o gabinete do primeiro-ministro japonês decidiu mudar a interpretação da Constituição que reconhecia o exercício limitado do direito de autodefesa:

> O governo chegou à conclusão que não somente quando uma força armada ataca o Japão, o país pode exercer o direito de ~~auto-defesa~~autodefesa, mas também quando uma força armada ataca contra um terceiro país que possui estreitas relações com o Japão, como resultado de ameaça à sobrevivência do Japão, ou quando se põe como um claro perigo ao direito fundamental de ir e vir, de viver, de liberdade e de busca de felicidade das pessoas e quando não houver outra forma disponível de repelir esse ataque, utilizando a força ao mínimo necessário permitido pela Constituição como medidas de ~~auto-defesa~~autodefesa de acordo com a lógica básica da visão atualizada deste governo. (JAPÃO, 2015, p. 299, tradução nossa)3.

O primeiro evento ocorrido que baseou esse debate foi a Guerra do Golfo, em 1991. Depois, a primeira crise nuclear da Coréia do Norte em 1993/1994. Na ocasião, ficou ~~claro que~~claro que o Japão não poderia fornecer qualquer tipo de ajuda aos Estados Unidos por meio de suas forças de defesa, o que poderia gerar uma crise na aliança entre Japão e Estados Unidos. As discussões no congresso japonês se estenderam por 20 anos até a aprovação da emenda em 2015. É uma importante iniciativa para aprimorar a paz e a segurança do Japão através do fortalecimento da deterrência e permitindo ao Japão contribuir

3 No original: "*The Government has reached a conclusion that not only when an armed attack against Japan occurs but also when an armed attack against a foreign country that is in a close relationship with Japan occurs and as a result threatens Japan's survival and poses a clear danger to fundamentally overturn people's right to life, liberty, and pursuit of hapiness, and when there is no other appropriate means available to repel the attack and ensure Japan's survival and protect its people, use of force to the minimum extent necessary should be interpreted to be permitted under the Constitution as measures for self-defense in accordance with the basic logic of the Government's view to date*"

de forma mais ~~pró-ativa~~proativa para a paz e segurança na região asiática do oceano pacífico e junto à comunidade internacional (grifo nosso).

Analisando os fatos apresentados, nota-se que a segunda opção indicada por Jae-Hyung como saída para se impor à ameaça chinesa foi a adotada pelo Japão. Alterar o entendimento constitucional permitiu não somente que o Japão aumentasse as hipóteses de emprego das forças de defesa, como também que possibilitasse apoiar seu aliado estadunidense em caso de uma operação militar na região asiática do oceano pacífico. Com a nova interpretação, a ameaça chinesa no mar do leste da China possui respaldo legal para o emprego das forças de defesa.

Conforme o pensamento do Coronel chinês Guo Xinning, a China almeja a promoção da paz e estabilidade da região e a criação de um ambiente favorável como ponto de partida e objetivo de sua estratégia de segurança externa. Por muitos anos, na base dos cinco princípios da coexistência pacífica, a China sempre aderiu à política de construção de boas relações com seus vizinhos. Através de negociações igualitárias, a China conseguiu estabelecer suas fronteiras com a maioria dos seus vizinhos e solucionar muitas disputas, dando um exemplo positivo para a resolução de problemas históricos. Contudo, algumas forças externas hostis persistem com a mentalidade da época da Guerra Fria e veem o crescimento da China como uma ameaça, promovendo a expressão “ameaça chinesa” e esquematizando o estabelecimento de uma postura militar rígida para se contrapor e circundar a China.

Estimulado por uma estratégia objetiva de se tornar um poder político, alguns políticos japoneses inclinam-se à direita. Em questões históricas, as forças de direita no Japão regridem nas questões de visitas políticas e textos históricos contra a oposição generalizada dos países vizinhos ao Japão. Nas relações com vizinhos asiáticos, especialmente nas questões das ilhas Diaoyu e da demarcação do mar do leste da China, o Japão adota uma política agressiva e continua a fomentar disputas. Politicamente, o Japão vê sua aliança com os Estados Unidos

como base para seus objetivos de segurança nacional e para a expansão do seu poder militar sob a bandeira do contraterrorismo. Militarmente, o Japão iniciou o seu processo de emenda à constituição, ~~aterando~~alterando o Artigo 9º a fim de desistir da "Constituição Pacifista" que aderiu ao final da Segunda Guerra Mundial para empregar regularmente sua frota naval nos mares, permitindo participar de um rol abrangente de questões internacionais (XINNING, 2012).

Nas palavras do Coronel Xinning, é possível extrair que as divergências no campo da segurança e economia permeiam também o meio político. Xinning, que exerceu o cargo de vice-diretor da Universidade de Defesa Nacional do ELP, sugere que o Japão, além de adotar a saída de estreitar laços com os estadunidenses, promove alterações em sua Carta Magna para abandonar o emprego de suas forças armadas apenas como forças de defesa. Depreende-se, ainda, que há a preocupação por parte dos chineses do emprego da marinha nipônica para fins além do de defesa, o que pode afetar os interesses chineses no mar do leste da China, seja promovendo uma contenção da marinha chinesa na primeira cadeia de ilhas, na tentativa chinesa de rever questões mal resolvidas como a das ilhas Diaoyu/Senkaku ou nas LCM chinesas.

### 3.2.4 Tensões crescentes no mar do leste da China

Conforme artigo publicado no periódico Stratfor com o título "A China cruza a linha" (tradução nossa), o interesse no mar do leste da China é estratégico porque está em uma duradoura disputa sobre onde seria a linha fronteiriça que dividiria os dois países. O Japão, historicamente, manteve a posição de que a fronteira deveria ser a linha mediana entre os dois países, onde as águas a leste seriam japonesas e as situadas a oeste, chinesas. Seguindo essa linha, as ilhas Diaoyu/Senkaku, alvo de disputa, ficariam a leste da linha, portanto do lado japonês. Consequentemente, a estratégia japonesa é forçar a aceitação dessa linha mediana,

mantendo os navios da MELP a oeste. Contudo, a China também tem interesse nas ~~ilhas Diaoyu~~ilhas Diaoyu/Senkaku e por décadas tem estendido as suas reclamações para leste. A China persegue seu plano de avançar sobre as cobiçadas cadeias de ilhas a fim de aumentar sua influência na região.

De acordo com Holmes, a disputa das ilhas Diaoyu/Senkaku é o maior obstáculo para o desenvolvimento das relações sino-nipônicas desde o fim da Guerra Fria. Em dezembro de 2008, o primeiro episódio envolveu dois navios-patrulha costeiros que entraram em águas territoriais no entorno das ilhas. Em 2010, a guarda-costeira japonesa prendeu o Comandante de uma traineira chinesa que colidiu com dois navios-patrulha japoneses. De agosto de 2011 a julho de 2012, houve três episódios de navios de guerra chineses entrando em águas territoriais no entorno da ilha. As atividades de aeronaves e navios chineses têm aumentado desde 2012.

Segundo Xinning, a China é um país marítimo com 18.000 km de litoral, somados o litoral e as dezenas de ilhas. A China ostenta LCM estratégicas para mar aberto e recursos abundantes no mar. Apesar do seu poder marítimo, a China nunca teve seus direitos reconhecidos, fruto de fatores geográficos, culturais e históricos. O pensamento tradicional em segurança e defesa privilegiava a terra em detrimento do mar. Tudo isso contribuiu não apenas para o retardo do desenvolvimento da China como nação, mas a perda de direitos no mar. Até os dias de hoje, a China perde mais direitos no mar do que qualquer outro país no mundo.

Em vista dos argumentos apresentados pelo Coronel chinês Guo Xinning e dos fatos apresentados por Holmes, entende-se a causa das tensões atuais sobre a demarcação de limites fronteiriços no mar, diferentemente do que ocorreu com as fronteiras terrestres. Até ajustar as bases da sociedade chinesa que iniciaram o desenvolvimento econômico no final da década de 1970, a China negligenciou o mar, empregando a sua marinha em apoio à força terrestre em

caso de uma eventual invasão da ex-URSS. Na busca pelo tempo e espaço perdido, encontrou, entre outros vizinhos, um tradicional rival com tradição marítima aliado à maior potência militar do planeta. A disputa pelas ilhas Senkaku é um dos objetivos estratégicos pela importância econômica do leito marinho com reservas de gás natural, das LCM que passam próximas do arquipélago que se encontra na primeira cadeia de ilhas e do potencial pesqueiro, que atrai pescadores chineses para a região. Desde 2012, observa-se uma escalada na disputa pelas ilhas.

# 4 O CONFRONTO DA TEORIA DE MAHAN E A ESTRATÉGIA NAVAL CHINESA

O capítulo 2 deste trabalho indicou dois preceitos da teoria de Mahan: A proteção às LCM e um poder marítimo forte para exercer o domínio dos mares. A mudança de paradigma no sentido da teoria de Mahan tem gerado tensões com o Japão, conforme visto no capítulo 3. Neste capítulo, será feita a confrontação das ideias com a realidade a fim de verificar se a teoria se aplica ao caso apresentado durante o trabalho.

## 4.1 A PROTEÇÃO ÀS LINHAS DE COMUNICAÇÃO MARÍTIMAS

Segundo Jae-Hyung, o Almirante Liu Huaqing, que foi Comandante-em-Chefe da MELP entre 1982 e 1988, guiou a estratégia naval chinesa. Treinado na academia naval soviética de Voroshilov na década de 1950, formulou a primeira estratégia naval de águas azuis nos seguintes termos:

> Primeiramente, uma estratégia com ênfase na manobrabilidade em longas distâncias da frota naval, abrangendo águas chinesas adjacentes a Vladivostok ao norte, o estreito de Málaca ao sul e seguindo pela primeira cadeia de ilhas do oeste do oceano pacífico para o leste. Segundo, a estratégia prioriza a preparação para conflitos nos pontos focais regionais, o que estende o poder de projeção da MELP nas ilhas Spratly e além. A marinha tem sido confiada para missões de conquista de ilhas, proteção e bloqueio de LCM e busca de outras operações marítimas. Terceiro, a estratégia é destinada em ser a deterrência última contra as grandes potências (JAE-HYUNG, 2003, p.78)[4]

Segundo Holmes, a importância dos mares do leste e do sul da China se baseia na proximidade de LCM importantes estrategicamente, e em seus significantes potenciais pesqueiros e reservas de petróleo e gás natural. A cada ano, US$ 5,3 trilhões de mercadorias,

[4] No original: "*Firstly, th strategy stressed long-range maneuverability of the naval fleet, embracing Chinese waters adjacent to Vladivostok in the north, to the Strait of Malaca in the south, and continuing to the first island chain of the West Pacific in the east. Secondly, the strategy gives priority to preparation for regional flash point conflicts, which extends the PLAN's power projection in and beyond the Spratly Islands. The navy has been entrusted with missions to capture islands, protect and blockade sea-lanes of communications, and pursue other overseas operations. Thirdly, the strategy is aimed at begin an ultimate deterrent against the big powers."*

aproximadamente um quarto do comércio de exportação de mercadorias do mundo, passam pelo mar do sul da China. Aproximadamente um terço do comércio global de óleo prospectado no mar e quase a metade do comércio global de gás natural liquefeito (a maior parte prospectada no Oriente Médio) também passam pelo mar do sul da China. A Associação Estadunidense de Informação Energética estima que o mar do sul da China contenha reservas de cerca de 11 bilhões de barris de petróleo e 190 trilhões de pés cúbicos de gás natural. O Instituto Estadunidense de Pesquisa Geológica estimou em 2012 que um adicional de 12 bilhões de barris de petróleo e 160 trilhões de pés cúbicos de gás natural permanecem a serem descobertos na região, sendo um quinto em áreas em disputa entre países.

Conforme publicado no livro branco de defesa japonês de 2015, a estratégia de segurança nacional declara que o Japão vai desempenhar um papel de liderança na manutenção e no desenvolvimento de “mares seguros e abertos” e tomará as medidas necessárias visando conter as várias ameaças às LCM, incluindo operações antipirataria, a fim de buscar a segurança do transporte marítimo. Em acréscimo, é intenção do Japão prover assistência aos estados costeiros que se situam próximos das LCM para o incremento da capacidade de imposição do cumprimento das leis que regem o direito marítimo.

Analisando a teoria e os dados apresentados, percebe-se que tanto a China quanto o Japão preocupam-se em manter suas LCM seguras. Essa preocupação vai muito além dos limites marítimos de cada país. Enquanto a China projeta uma marinha de alcance global, o que vai acarretar a utilização de bases navais próprias ou de aliados para o reabastecimento de suas belonaves, o Japão prevê o auxílio a países que se situarem próximos de suas LCM a fim de que possam assegurar o cumprimento das normas internacionais em suas águas jurisdicionais. A preocupação se justifica devido aos substanciais valores movimentados através das LCM e da magnitude das reservas de petróleo e gás no mar do sul da China, haja vista tanto o Japão quanto a China serem dependentes de importação de insumos e energia.

Conforme o pensamento de Mahan, o mar era uma grande via, mas linhas de comunicação marítimas eram escolhidas pela sua economicidade. Por isso, tinham maior fluxo de navios e quem as controlasse, obtinha grande vantagem, como a Holanda, no Século XVII e o Reino Unido, que a sucedeu.

Assim, verifica-se que a estratégia naval chinesa converge para a teoria de Mahan quando se constata que, em não raros momentos, há a preocupação em proteger as LCM em áreas que excedem consideravelmente os limites marítimos da China, mantendo em segurança os navios que realizam o comércio exterior do maior exportador mundial e segundo maior importador, a China, através do fortalecimento do poder naval desde a década de 1980.

## 4.2 UM PODER MARÍTIMO FORTE PARA EXERCER O DOMÍNIO DO MAR

A China acreditava ter sido um país de poder continental, mas passou a sonhar em se tornar uma potência marítima no oceano pacífico asiático. Mas o que fez a China para se inserir como uma potência marítima? Os 18.000 km de litoral e os cerca de 3 milhões de quilômetros quadrados de águas territoriais e uma quantidade incontável de ilhas para defender mudou substancialmente a estratégia naval chinesa. Depois, a posse de 3.700 navios mercantes e o fato de mais de 100 navios visitarem seus portos diariamente demonstra que a China está se tornando uma potência marítima. O crescimento rápido da economia cresceu exponencialmente o consumo de óleo, fazendo com que o governo chinês passasse a construir oleodutos desde 1993 (JAE-HYUNG, 2003).

Por sua vez, o Instituto de Relações Exteriores do Reino Unido alertou em 2015 para os riscos que um conflito entre China e Japão causaria na economia global. Os dois países foram responsáveis por exportações de US$ 2,9 trilhões em 2013, com boa parte sendo transportada pelo mar do sul da China. O conflito entre os dois países pode paralisar seis dos maiores portos, que movimentam metade do tráfego mundial de contêineres.

Mahan, ao definir a atitude de um povo com relação ao mar, afirmou que um poder marítimo pode ser baseado por um pacífico e extensivo comércio. Atitude para perseguições comerciais deve ser uma característica distinta das nações que tiveram ou têm prosperidade nos mares.

Da análise dos fatos, é possível constatar que a China, com o crescimento econômico pujante a partir da década de 1980, passou a exercer uma atividade marítima crescente, a bordo dos milhares de navio de sua bandeira, assim como nos portos chineses, que passaram a movimentar percentual cada vez maior do comércio mundial. Assim, a China atende a um dos princípios de Mahan que influenciam o poder marítimo.

Segundo Mahan, na discussão dos efeitos sobre o desenvolvimento de um poder marítimo de uma nação, deve-se observar o comportamento do seu governo e de suas instituições, evitando tendências a filosofar, atentando-se às óbvias e imediatas causas e os resultados dos planos. Devem ser verificadas as formas particulares de governo e das instituições que o acompanham e o caráter das regras ao longo do tempo, pois influenciam no desenvolvimento do poder marítimo.

O governo chinês manteve o plano de desenvolvimento de sua marinha ao longo das décadas, permitindo que o desenvolvimento continuasse buscando a meta estipulada pelo Almirante Liu de projeção rumo às águas azuis.

Analisando a teoria de Mahan e o desenvolvimento da marinha chinesa, conclui-se que a MELP adotou a teoria de Mahan também para o fortalecimento do poder naval com o objetivo de exercer o domínio do mar por volta do centenário da RPC em 2049.

# 5 CONCLUSÃO

A escolha do método comparativo entre a teoria de Mahan e a estratégia naval chinesa se deu porque as ações tomadas pela República Popular da China (RPC) para desenvolver sua Marinha a partir de 1980 foram influenciadas por preceitos da teoria de Mahan. O Almirante Liu implementou uma estratégia de águas azuis para a MELP que implicaria empregar navios de guerra a distâncias superiores às definidas para mar territorial, o que imprescindiria de um poder naval bem preparado e equipado, capaz de realizar amplo espectro de operações navais. Também se preocupou com a proteção às LCM, assim como Mahan estabelecera como prioritária antes. O acompanhamento da evolução da marinha chinesa indicará se em 2050 assumirá a projeção que a marinha estadunidense alcançou no Século XX.

Na primeira seção, verificou-se que a estratégia naval chinesa deixou de ter o foco continental histórico para se voltar ao mar a fim de defender seus interesses. O Almirante Liu foi o grande patrocinador dessa mudança, que fixou metas para a MELP que invariavelmente se oporiam aos interesses de outras nações, como o Japão, sobretudo na primeira cadeia de ilhas, onde há numerosas possessões nipônicas. A desintegração da ex-URSS alterou o balanço de forças no sudeste asiático de forma a facilitar uma maior projeção da MELP no oceano pacífico. A China decidiu por investir em tecnologia de ponta em consonância com o plano de modernização iniciado na década de 1980 e de ter forças armadas reduzidas em quantidade, mas não em qualidade. Empregou o termo diplomacia militar no ELP e na MELP para descrever o emprego naval para fins pacíficos em missões de paz, operações com outras marinhas, evacuações de nacionais em outros países, mantendo o preparo da MELP para a defesa dos seus interesses, principalmente a proteção das LCM, importantes para que a China continuasse recebendo energia e demais insumos necessários ao desenvolvimento econômico.

Em sua expansão, a China previu a utilização de suas forças armadas ~~além das primeira~~além da primeira e segunda cadeias de ilhas, ingressando no Século XXI disposta projetar mundialmente a MELP. A estratégia chinesa é pacífica, mas não pacifista. A expansão chinesa sobre as ilhas do mar do sul e do leste da China refletiu a projeção para áreas afastadas do seu litoral a fim de ampliar a presença nas regiões por onde passam as LCM chinesas.

Na segunda seção, foram identificadas como ameaça à China os Estados Unidos e o Japão, que está abandonando os termos firmados após a rendição na Segunda Guerra Mundial. A atividade militar naval chinesa é considerada uma agressão pelo governo japonês. O documento oficial nipônico contém vocábulos típicos de uma postura ofensiva. Um incremento das ações por parte dos chineses tende a refletir no Japão uma preparação para um conflito na região. Há controvérsias históricas sobre quem possui direitos sobre as ilhas Senkaku. Nem mesmo a rendição japonesa por ocasião da Segunda Guerra Mundial foi capaz de corrigir essa desavença histórica. Um confronto de interesses centenário que tende a se acirrar à medida que a MELP se fortalece, projetando-se em áreas cada vez mais distantes. A descoberta de reservas de gás natural e petróleo nas ilhas Diaoyu/Senkaku, cujos dois países são dependentes de importações, a China com seu desenvolvimento militar decorrente do crescimento econômico tornando-se uma ameaça cada dia mais preocupante para o Japão e a questão nipônica acerca da restrição de suas forças à condição de forças de defesa desde o fim da Segunda Guerra Mundial restringem as opções para se interpor à ameaça chinesa.

A opção de alterar o entendimento da Constituição indicada por Jae-Hyung como saída para se impor à ameaça chinesa foi a adotada pelo Japão. Alterar o entendimento constitucional permitiu não somente que o Japão aumentasse as hipóteses de emprego das forças de defesa, como também que possibilitasse apoiar seu aliado estadunidense em caso de uma operação militar na região asiática do oceano pacífico. Com a nova interpretação, a

ameaça chinesa no mar do leste da China passou a ter respaldo legal para o emprego das forças de defesa. Divergências no campo da segurança e economia permeiam o meio político. O Japão, também estreitou laços com os estadunidenses. Há a preocupação por parte dos chineses do emprego da marinha nipônica para fins além do de defesa, o que pode afetar os interesses chineses no mar do leste da China, seja promovendo uma contenção da marinha chinesa na primeira cadeia de ilhas, na tentativa chinesa de rever questões mal resolvidas como a das ilhas Diaoyu/Senkaku ou nas LCM chinesas.

A disputa das ilhas Diaoyu/Senkaku é o maior obstáculo para o desenvolvimento das relações sino-nipônicas desde o fim da Guerra Fria. Em dezembro de 2008, o primeiro episódio envolveu dois navios-patrulha costeiros que entraram em águas territoriais no entorno das ilhas. Em 2010, a guarda-costeira japonesa prendeu o Comandante de uma traineira chinesa que colidiu com dois navios-patrulha japoneses. De agosto de 2011 a julho de 2012, houve três episódios de navios de guerra chineses entrando em águas territoriais no entorno da ilha. As atividades de aeronaves e navios chineses têm aumentado desde 2012.

A causa das tensões atuais recai sobre a demarcação de limites fronteiriços no mar, diferentemente do que ocorreu com as fronteiras terrestres. Até ajustar as bases da sociedade chinesa que iniciaram o desenvolvimento econômico no final da década de 1970, a China negligenciou o mar, empregando a sua marinha em apoio à força terrestre em caso de uma eventual invasão da ex-URSS. Na busca pelo tempo e espaço perdido, encontrou, entre outros vizinhos, um tradicional rival com tradição marítima aliado à maior potência militar do planeta. A disputa pelas ilhas Senkaku é um dos objetivos estratégicos pela importância econômica do leito marinho com reservas de gás natural, das LCM que passam próximas do arquipélago que se encontra na primeira cadeia de ilhas e do potencial pesqueiro, que atrai pescadores chineses para a região. Desde 2012, observa-se uma escalada na disputa pelas ilhas.

Na terceira seção, constatou-se que a China, com o crescimento econômico pujante a partir da década de 1980, passou a exercer uma atividade marítima crescente, a bordo dos milhares de navio de sua bandeira, assim como nos portos chineses, que passaram a movimentar percentual cada vez maior do comércio mundial. Assim, a China atende aos princípios de Mahan que influenciam o poder marítimo e sugerem um poder naval forte para exercer o domínio dos mares.

## REFERÊNCIAS

CHINA. *National Defense University*. *China's Foreign Strategy*. Pequim, 2015.

_____. _____. *National Security Strategy*. Pequim, 2012.

_____. _____. *Military Strategy*. Pequim, 2012.

JAEHYUNG, Lee. *China and the Asia Pacific Region*. Shangai, 2003.

JAPÃO. *The National Institute for Defense Studies. East Asian Strategic Review*. Tokio, 2016.

GUNNESS, Kristen. *Asian Policy* .22.ed. Australian National University, 2016, 248 p.

MAHAN, A.T. The Influence of Sea Power upon History 1660-1783. New York, 1987.

SCHWARTZ, Peter. *China's Futures*. New York, 1999.

XINNING, Guo. *Theories and Practices. The National Security Strategies of China*. Shangai, 2012.